



# REVISTA OWL (OWL Journal)

www.revistaowl.com.br – ISSN: 2965-2634

## DESAFIOS PARA COMBATER A ADULTIZAÇÃO PRECOCE NO BRASIL

### CHALLENGES TO COMBAT EARLY ADULTIZATION IN BRAZIL

### DESAFÍOS PARA COMBATIR LA ADULTIZACIÓN PRECOZ EN BRASIL

DOI: 10.5281/zenodo.17313061



*Francisco Renato Silva Ferreira<sup>1</sup>*  
*Cilianne Édila Leandro de Sousa<sup>2</sup>*  
*Lucineide Gonçalves Moreira<sup>3</sup>*  
*Maria Izabel Pedro da Silva<sup>4</sup>*  
*Luzia Pereira Eustáquio<sup>5</sup>*  
*Antonio Willame da Silva Alves<sup>6</sup>*

- 1 Mestre em Ensino em Saúde pelo Centro Universitário Dr Leão Sampaio (UNILEÃO). Professor Efetivo da Rede Municipal de Educação de Altaneira/CE. Atuando como Psicopedagogo Escolar na Secretaria Municipal de Educação de Altaneira/CE. Professor pesquisador no grupo de pesquisa Políticas Públicas em Educação e Saúde (PPES) do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio (UNILEÃO). E-mail: [norf20@hotmail.com](mailto:norf20@hotmail.com) LATTES: <http://lattes.cnpq.br/6775378848524040> ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3977-0136>
- 2 Mestranda em Ensino em Saúde pelo Centro Universitário Dr Leão Sampaio (UNILEÃO). Especialista em Saúde da Família pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Graduada em Medicina pela Faculdade de Medicina Estácio de Juazeiro do Norte (ESTÁCIO/Juazeiro). Médica pesquisadora no grupo de pesquisa Políticas Públicas em Educação e Saúde (PPES) do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio (UNILEÃO). E-mail: [dra.ciliannenefro@gmail.com](mailto:dra.ciliannenefro@gmail.com) LATTES: <http://lattes.cnpq.br/7421301624388108> ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-6465-5524>
- 3 Mestra em Ciências da Educação pela Universidad Interamericana (IBRA/PY). Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Vale do Acaraú (UVA). Professora efetiva da Rede Municipal de Educação de Altaneira/CE. E-mail: [luviver12@gmail.com](mailto:luviver12@gmail.com) LATTES: <http://lattes.cnpq.br/9959003301220009> ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-6734-0029>
- 4 Especialista em Educação Inclusiva pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci (UNIASSELVI). Graduada em Licenciatura em Letras - Língua Portuguesa pela Universidade Regional do Cariri (URCA). Professora efetiva da Rede Municipal de Educação de Altaneira/CE. E-mail: [izabelpedro2009@gmail.com](mailto:izabelpedro2009@gmail.com) LATTES: <https://lattes.cnpq.br/2905356848631037> ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-2861-581X>
- 5 Especialista em Administração do Ambiente Escola pela Faculdade Venda Nova do Imigrante (FAVENI). Graduada em Pedagogia pela Universidade Regional do Cariri (URCA). Professora efetiva na Secretaria Municipal de Educação de Caririçu/CE. E-MAIL: [eustaquioluzia.78@gmail.com](mailto:eustaquioluzia.78@gmail.com) LATTES: <http://lattes.cnpq.br/5682980364363146> ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-2756-0911>
- 6 Doutor e Mestre em Bioquímica pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Graduado em Engenharia de Pesca pela Universidade Federal do Ceará (UFC). E-mail: [alves.aws@gmail.com](mailto:alves.aws@gmail.com) LATTES: <http://lattes.cnpq.br/7062255903291331> ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-0598-2329>

Revista *OWL Journal*, Campina Grande – PB, v.3.n.5. out/nov/dez. 2025 – ISSN 2965-2634

A Revista *OWL Journal* está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição (CC BY)

1/20





# REVISTA OWL (*OWL Journal*)

www.revistaowl.com.br – ISSN: 2965-2634

## RESUMO

O presente artigo analisa os desafios para combater a adultização precoce no Brasil, entendida como a antecipação de papéis, responsabilidades e comportamentos adultos atribuídos a crianças em processo de desenvolvimento. O estudo tem como objetivo identificar os fatores que alimentam esse fenômeno e discutir suas consequências para a infância e para a sociedade. A metodologia adotada foi qualitativa e bibliográfica, com base em autores clássicos e contemporâneos da sociologia, psicologia e educação, além de documentos legais e relatórios institucionais. A análise revelou que a adultização resulta da convergência entre heranças culturais, pressões midiáticas e lógicas de consumo, somadas às desigualdades socioeconômicas que perpetuam o trabalho precoce. Conclui-se que o enfrentamento da problemática exige políticas públicas consistentes, regulação mais rigorosa da publicidade, fortalecimento da escola como espaço de proteção e a reafirmação da infância como direito fundamental.

**Palavras-chave:** Adultização precoce; Infância; Desafios sociais.

## ABSTRACT

This article examines the challenges of addressing early adultization in Brazil, understood as the premature attribution of adult roles, responsibilities, and behaviors to children in the process of development. The main purpose of the study is to identify the factors that foster this phenomenon and to discuss its consequences for childhood and society. The methodology adopted was qualitative and bibliographic, based on classical and contemporary authors from sociology, psychology, and education, as well as legal documents and institutional reports. The analysis revealed that early adultization emerges from the convergence of cultural traditions, media pressure, and consumer logics, combined with socioeconomic inequalities that perpetuate child labor. The findings indicate that overcoming this problem requires consistent public policies, stricter regulation of advertising, the strengthening of schools as protective environments, and the reaffirmation of childhood as a fundamental right.

**Keywords:** Early adultization; Childhood; Social challenges.





# REVISTA OWL (*OWL Journal*)

www.revistaowl.com.br – ISSN: 2965-2634

## RESUMEN

El presente artículo analiza los desafíos para enfrentar la adultización precoz en Brasil, entendida como la atribución anticipada de roles, responsabilidades y comportamientos propios de los adultos a niños en pleno desarrollo. El objetivo principal es identificar los factores que impulsan este fenómeno y discutir sus repercusiones en la infancia y en la sociedad. La metodología utilizada fue cualitativa y bibliográfica, apoyada en autores clásicos y contemporáneos de la sociología, la psicología y la educación, además de documentos legales e informes institucionales. El análisis evidenció que la adultización precoz resulta de la convergencia entre herencias culturales, presiones mediáticas y lógicas de consumo, sumadas a las desigualdades socioeconómicas que mantienen el trabajo infantil. Se concluye que superar esta problemática exige políticas públicas consistentes, mayor control de la publicidad, fortalecimiento de la escuela como espacio de protección y la reafirmación de la infancia como derecho fundamental.

**Palabras clave:** Adultización precoz; Infancia; Desafíos sociales.

## 1. INTRODUÇÃO

A infância, compreendida como etapa fundamental do desenvolvimento humano, constitui um período marcado pela ludicidade, pela formação de vínculos afetivos e pela construção gradual da identidade social e cultural. Todavia, no contexto contemporâneo, observa-se no Brasil a intensificação de um fenômeno preocupante: a adultização precoce, ou seja, a atribuição de responsabilidades, papéis e comportamentos típicos do universo adulto a sujeitos que ainda se encontram em fase de desenvolvimento físico, emocional e cognitivo. Esse processo não apenas fragiliza o direito de viver a infância em sua plenitude, mas compromete também a saúde mental, a aprendizagem e a inserção social futura das crianças.





# REVISTA OWL (*OWL Journal*)

www.revistaowl.com.br – ISSN: 2965-2634

Historicamente, a concepção de infância como categoria social e cultural sofreu transformações significativas. Ariès (1981), em sua obra clássica, demonstrou que durante a Idade Média as crianças não eram reconhecidas como sujeitos singulares, mas tratadas como “adultos em miniatura”, sem distinções claras entre fases da vida. Essa perspectiva, em parte, ainda resiste em práticas contemporâneas, nas quais se verifica a naturalização da adultização como se fosse algo inerente ao processo de crescimento. A permanência dessa visão revela-se problemática, pois ignora o caráter peculiar da infância como tempo de experimentação e de aprendizagens indispensáveis à formação cidadã.

A criança não deve ser compreendida apenas como preparação para a vida adulta ou como projeto em formação. Ela é, sobretudo, sujeito de direitos no presente, que traz consigo necessidades, desejos e especificidades próprias que precisam ser reconhecidas, respeitadas e efetivamente protegidas pela sociedade. Esse reconhecimento exige que se crie espaço para sua participação ativa e para a valorização de sua condição singular na vida social (Sarmiento, 2003, p. 47).

Ao lado dessa herança cultural, a adultização precoce é impulsionada por fatores estruturais, entre os quais se destacam as desigualdades socioeconômicas, a difusão midiática de padrões estéticos e a precariedade de políticas públicas voltadas à proteção da infância. Muitas crianças brasileiras, por exemplo, são inseridas no mercado de trabalho em idade inadequada, assumindo precocemente papéis que lhes roubam o direito ao brincar e à escolarização integral. O relatório do IBGE (2023) mostra que milhões de crianças e adolescentes ainda exercem atividades laborais, o que revela a persistência do trabalho infantil como um mecanismo de adultização forçada, profundamente relacionado às carências materiais das famílias.

Outro aspecto que contribui para a antecipação de condutas adultas é a influência da mídia e da cultura de consumo. A publicidade dirigida ao público infantil estimula a erotização precoce, a vaidade exacerbada e o desejo por produtos que remetem ao universo adulto, como maquiagens e roupas que não condizem com a idade. Postman (1999), ao

Revista *OWL Journal*, Campina Grande – PB, v.3.n.5. out/nov/dez. 2025 – ISSN 2965-2634

A Revista *OWL Journal* está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição (CC BY)

4/20





# REVISTA OWL (*OWL Journal*)

www.revistaowl.com.br – ISSN: 2965-2634

analisar o desaparecimento da infância, já alertava que a difusão indiscriminada de conteúdos midiáticos dilui as fronteiras entre o mundo infantil e o adulto, fazendo com que crianças sejam privadas de viver experiências próprias de sua faixa etária.

Além dos fatores externos, a própria organização familiar e escolar pode, involuntariamente, reforçar esse processo. Atribuir responsabilidades excessivas às crianças, exigir posturas maduras ou incentivar comportamentos precoces como forma de valorização social são práticas que silenciam a infância e suas necessidades singulares. Esse movimento não pode ser interpretado apenas como escolha individual das famílias, mas como reflexo de uma lógica social que valoriza a produtividade e a aparência em detrimento da vivência genuína do tempo de ser criança.

Nesse sentido, discutir os desafios para combater a adultização precoce no Brasil exige compreender a infância como direito fundamental garantido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o qual estabelece a prioridade absoluta de proteção e cuidado a esse público. A problemática se torna ainda mais relevante quando se reconhece que a adultização precoce compromete o pleno desenvolvimento humano, fragiliza a inserção escolar e, em última instância, reproduz ciclos de desigualdade social.

Assim, este artigo propõe uma reflexão acerca da adultização precoce, identificando seus fatores condicionantes e os obstáculos enfrentados para a efetivação de estratégias de enfrentamento. O estudo parte da análise bibliográfica de produções que dialogam com a temática da infância, da sociologia e da educação, com vistas a contribuir para o fortalecimento de políticas públicas e práticas sociais que reconheçam e valorizem a infância como etapa única, indispensável e insubstituível na formação humana.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Revista *OWL Journal*, Campina Grande – PB, v.3.n.5. out/nov/dez. 2025 – ISSN 2965-2634

A Revista *OWL Journal* está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição (CC BY)

5/20





# REVISTA OWL (*OWL Journal*)

www.revistaowl.com.br – ISSN: 2965-2634

## 2.1. A infância como categoria histórica e social

A compreensão da infância, longe de ser uma realidade biológica estática, constitui-se como uma construção histórica, social e cultural. Em diferentes épocas, a criança foi percebida de maneiras distintas, o que evidencia que a noção de infância não é natural ou universal, mas produzida a partir de contextos sociais e de representações simbólicas que variam conforme as transformações da sociedade. Essa perspectiva reforça a necessidade de compreender a adultização precoce como fenômeno que atinge diretamente os modos de ser e viver das crianças no Brasil contemporâneo.

O estudo clássico de Philippe Ariès (1981) é referência incontornável nesse debate. Ao analisar registros iconográficos e documentos históricos da Idade Média e do início da Modernidade, o autor demonstrou que, até aproximadamente o século XVII, a criança não era reconhecida como sujeito dotado de especificidades, mas vista como um adulto em miniatura. Dessa forma, não havia distinção clara entre as práticas sociais dirigidas aos adultos e aquelas voltadas às crianças.

Na sociedade medieval, a criança deixava rapidamente de ser percebida como tal, passando cedo a participar das atividades do mundo adulto. Não havia um espaço simbólico ou social específico que delimitasse a infância como etapa diferenciada da vida, pois meninos e meninas eram inseridos no convívio e nas práticas adultas quase sem mediações, sendo tratados como adultos em miniatura, sem o reconhecimento de sua singularidade (Ariès, 1981, p. 67).

Esse entendimento histórico revela como o reconhecimento da infância como categoria autônoma é relativamente recente. Apenas com o advento da Modernidade, principalmente a partir dos séculos XVIII e XIX, começa-se a consolidar a ideia da criança como ser em formação, que necessita de proteção, cuidado e um espaço educativo específico. Esse deslocamento foi impulsionado, sobretudo, pelo surgimento da escola como instituição





# REVISTA OWL (*OWL Journal*)

www.revistaowl.com.br – ISSN: 2965-2634

social responsável por prolongar o tempo da infância e adiar a inserção precoce no mundo do trabalho.

Contudo, mesmo diante dessas conquistas, ainda hoje persistem resquícios da lógica medieval de negar a especificidade da infância. Sarmiento (2003), ao refletir sobre a condição contemporânea da criança, reforça que a mesma não pode ser entendida apenas como “vir a ser”, mas como sujeito pleno de direitos no presente, cuja voz e experiências necessitam de reconhecimento e legitimação social.

A infância deve ser compreendida como uma categoria geracional que, embora marcada pela transitoriedade e pela condição de vir a ser, possui consistência social, cultural e política. Ela constitui um espaço de produção de significados, de expressão simbólica e de exercício de direitos que não podem ser negligenciados ou reduzidos a uma visão meramente preparatória, devendo ser reconhecida em sua autonomia e legitimidade no presente (Sarmiento, 2003, p. 45).

Essa concepção crítica aponta para a urgência de superar a visão reducionista que trata a criança como mero objeto de preparação para a vida adulta. Quando se observa o fenômeno da adultização precoce, percebe-se justamente a contradição entre o reconhecimento formal da infância como etapa singular e a prática social que tende a antecipar responsabilidades, padrões estéticos e comportamentos adultos, anulando as especificidades desse período da vida.

Nessa perspectiva, a infância deve ser compreendida como categoria histórica, mas também como campo de disputa simbólica e política. Isso significa que preservar a infância implica resistir às forças sociais, culturais e econômicas que buscam abreviá-la. Reconhecer essa etapa como direito fundamental assegura às crianças o espaço de vivência plena de suas experiências, sem a imposição de modelos adultos que fragilizam seu desenvolvimento.







# REVISTA OWL (*OWL Journal*)

www.revistaowl.com.br – ISSN: 2965-2634

## 2.2. Influência da mídia e do consumo

A sociedade contemporânea é marcada pela presença avassaladora dos meios de comunicação e pela lógica do consumo, que moldam valores, hábitos e identidades desde a infância. Nesse contexto, a criança deixa de ser vista apenas como sujeito em formação e passa a ser concebida como potencial consumidora, alvo direto de estratégias mercadológicas que buscam antecipar desejos e estimular comportamentos adultos. Essa dinâmica exerce papel determinante no processo de adultização precoce, sobretudo quando promove padrões estéticos, erotizados ou de consumo incompatíveis com a fase infantil.

A publicidade dirigida ao público infantil atua de forma sutil, mas poderosa, na construção de imaginários que transformam a criança em protagonista de práticas de consumo tipicamente adultas. Brinquedos, roupas, cosméticos e produtos digitais são apresentados como símbolos de status e de pertencimento social. De acordo com Buckingham (2007), a mídia funciona como instância educativa paralela, introduzindo modelos de comportamento que ultrapassam o espaço familiar e escolar, influenciando diretamente a percepção que a criança tem de si mesma e de seu lugar no mundo.

A publicidade não se limita ao simples ato de ofertar produtos ao público consumidor, mas se configura como prática que cria necessidades simbólicas, desperta desejos individuais e coletivos e induz estilos de vida que passam a ser socialmente valorizados. Ao assumir esse papel, o consumo torna-se central na definição das identidades contemporâneas, influenciando comportamentos e consolidando-se como elemento estruturante do processo de socialização das novas gerações, que crescem imersas em mensagens mercadológicas (Buckingham, 2007, p. 112).

Esse fenômeno se torna ainda mais preocupante com a expansão das redes sociais e das plataformas digitais, que intensificam a exposição das crianças a conteúdos inadequados. Influenciadores mirins, concursos de beleza televisionados e práticas de hipersexualização em







# REVISTA OWL (*OWL Journal*)

www.revistaowl.com.br – ISSN: 2965-2634

vídeos e propagandas são exemplos de como o universo infantil é invadido por padrões estéticos e comportamentais adultos. Para Postman (1999), esse processo de fusão entre o universo adulto e o infantil dilui as fronteiras entre as fases da vida, produzindo um encurtamento da infância que ameaça seu sentido histórico e social.

A televisão e os meios de comunicação em massa tendem a dissolver a barreira entre o universo adulto e o infantil, uma vez que apresentam às crianças, sem qualquer tipo de mediação pedagógica ou cultural, conteúdos, linguagens e imagens que pertencem ao mundo adulto. Essa exposição precoce faz com que os limites que antes separavam a infância da maturidade desapareçam progressivamente, resultando em uma antecipação das experiências e em uma redução do tempo legítimo da infância (Postman, 1999, p. 85).

Além da mídia tradicional e digital, a indústria cultural se articula à lógica do mercado para legitimar a ideia de que a criança deve aspirar a ser adulta o mais rápido possível. Essa pressão se materializa, por exemplo, no uso precoce de maquiagens, no desejo de consumir roupas de marcas adultas ou na participação em práticas sociais que antecipam responsabilidades. A erotização infantil é um dos desdobramentos mais graves desse cenário, pois transforma a criança em objeto de consumo simbólico, reduzindo sua condição de sujeito de direitos a mero veículo de lucro.

No caso brasileiro, a fragilidade na regulamentação da publicidade dirigida às crianças contribui para a perpetuação desse quadro. Embora o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) estabeleça a proteção integral, as práticas de marketing frequentemente se sobrepõem às normas legais, aproveitando-se de lacunas na fiscalização. Essa realidade aponta para a urgência de políticas públicas mais rígidas e de ações educativas voltadas a famílias e escolas, a fim de que a infância seja resguardada da invasão mercadológica que a transforma em espaço de consumo precoce.





# REVISTA OWL (*OWL Journal*)

www.revistaowl.com.br – ISSN: 2965-2634

Portanto, a influência da mídia e do consumo no processo de adultização precoce não pode ser interpretada como fenômeno superficial ou isolado. Ela se articula às estruturas sociais, econômicas e culturais, legitimando discursos que valorizam a aparência e a precocidade em detrimento do direito fundamental de viver plenamente a infância. Compreender esse movimento é passo essencial para construir estratégias de enfrentamento que garantam às crianças o direito de experimentar sua etapa de vida de forma integral, livre das pressões do mercado e dos estereótipos midiáticos.

## 2.3. Pressões socioeconômicas e adultização pelo trabalho precoce

A adultização precoce no Brasil não pode ser compreendida apenas como resultado de influências culturais ou midiáticas. É necessário considerar, de forma mais profunda, o impacto das pressões socioeconômicas que, em grande medida, empurram crianças e adolescentes para responsabilidades que deveriam ser exclusivas do mundo adulto. Em um país marcado pela desigualdade social, pela pobreza estrutural e pela insuficiência de políticas públicas de proteção integral, a infância é frequentemente interrompida pela necessidade de contribuir para a sobrevivência familiar.

O trabalho infantil constitui a face mais evidente dessa realidade. Dados recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2023) apontam que mais de 1,8 milhão de crianças e adolescentes entre 5 e 17 anos ainda se encontram em situação de trabalho precoce no país, mesmo diante da proibição legal estabelecida pela Constituição Federal de 1988 e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Essa contradição revela um abismo entre a legislação protetiva e a prática social, demonstrando como a vulnerabilidade econômica transforma o trabalho precoce em estratégia de subsistência.





# REVISTA OWL (*OWL Journal*)

www.revistaowl.com.br – ISSN: 2965-2634

O trabalho infantil, além de representar uma violação direta e frontal dos direitos fundamentais, compromete de forma significativa o processo educacional e o desenvolvimento integral da criança e do adolescente. Essa prática retira o tempo necessário para o brincar, para o estudo e para a construção de experiências próprias da infância, inviabilizando vivências indispensáveis ao crescimento saudável e perpetuando ciclos de exclusão social e de desigualdade (Ilo, 2017, p. 39).

Nesse cenário, a criança passa a ser vista como mão de obra complementar, assumindo funções domésticas, atividades agrícolas, trabalhos informais em feiras ou comércios de rua e até ocupações mais degradantes, como o trabalho em lixões. Essas práticas, embora muitas vezes naturalizadas em determinadas comunidades, constituem formas de adultização precoce, pois impõem responsabilidades e esforços incompatíveis com a idade cronológica.

Além do impacto direto sobre a saúde física e emocional, o trabalho precoce compromete a escolarização. Crianças que precisam trabalhar apresentam maiores índices de evasão, repetência e baixo rendimento escolar, perpetuando o ciclo intergeracional da pobreza. A esse respeito, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) reforça que a manutenção do trabalho infantil está diretamente relacionada à falta de oportunidades educacionais de qualidade, além da insuficiência de políticas de transferência de renda que assegurem a dignidade das famílias em situação de vulnerabilidade.

Enquanto persistirem os contextos de pobreza estrutural, combinados à ausência de políticas públicas eficazes e continuadas, o trabalho infantil continuará sendo utilizado como estratégia imediata de sobrevivência por inúmeras famílias em situação de vulnerabilidade. Essa prática, entretanto, converte-se em uma barreira sólida e persistente à erradicação da desigualdade social, uma vez que compromete o acesso à educação, limita as oportunidades de desenvolvimento e perpetua os ciclos de exclusão entre gerações (OIT, 2019, p. 72).

Outro aspecto relevante é que o trabalho precoce assume também formas simbólicas e afetivas, quando crianças são obrigadas a assumir o cuidado de irmãos mais novos ou de familiares adoecidos em razão da precariedade dos serviços de assistência social. Essa





# REVISTA OWL (*OWL Journal*)

www.revistaowl.com.br – ISSN: 2965-2634

realidade, comum em territórios periféricos e rurais, reforça a ideia de que a infância pode ser sacrificada em nome da necessidade coletiva, invisibilizando as especificidades do desenvolvimento infantil.

Portanto, a análise das pressões socioeconômicas evidencia que a adultização pelo trabalho precoce é um problema estrutural, que não pode ser reduzido a escolhas individuais das famílias. Trata-se de fenômeno ligado ao modelo de desenvolvimento econômico excludente e à ineficiência das políticas de proteção social. Combater essa forma de adultização exige, necessariamente, a ampliação da rede de assistência social, o fortalecimento de programas de transferência de renda, a fiscalização rigorosa contra a exploração do trabalho infantil e a valorização da escola como espaço de permanência e formação integral.

### 3. METODOLOGIA

A presente pesquisa fundamenta-se em uma abordagem qualitativa de caráter bibliográfico, cuja finalidade consiste em analisar criticamente os desafios impostos pela adultização precoce no Brasil. Optou-se por este método por compreender que o fenômeno em questão não pode ser reduzido a dados estatísticos ou números isolados, exigindo antes uma investigação interpretativa, capaz de apreender as múltiplas dimensões sociais, culturais e econômicas que configuram essa problemática. Conforme ensina Gil (2019), a pesquisa bibliográfica permite a imersão em um conjunto de produções científicas já existentes, promovendo o diálogo entre diferentes perspectivas e favorecendo a elaboração de novas sínteses interpretativas.

Nessa direção, o corpus teórico que sustenta este estudo foi construído a partir da análise de obras clássicas e contemporâneas sobre infância, sociologia da educação, direitos





# REVISTA OWL (*OWL Journal*)

www.revistaowl.com.br – ISSN: 2965-2634

da criança e psicologia do desenvolvimento. Foram contemplados autores de referência internacional, como Ariès (1981) e Postman (1999), cujas reflexões auxiliam a compreender a historicidade da infância e os impactos culturais da mídia, bem como estudos mais recentes, a exemplo de Buckingham (2007) e Sarmiento (2003), que discutem a influência do consumo e a concepção da infância como categoria social. Além desses, documentos oficiais, legislações e relatórios de organismos nacionais e internacionais, como o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), os levantamentos do IBGE (2023) e relatórios da Organização Internacional do Trabalho (OIT), foram examinados a fim de embasar a reflexão com dados atualizados e consistentes.

A análise desse material seguiu uma perspectiva interpretativa, organizada a partir de categorias temáticas previamente definidas, como: a infância enquanto construção histórica, a influência da mídia e do consumo, e as pressões socioeconômicas que favorecem a adultização pelo trabalho precoce. A escolha dessas categorias decorreu da necessidade de estabelecer um eixo de análise que garantisse a coerência do estudo e sua pertinência em relação aos objetivos delineados. Como observa Severino (2016, p. 121),

A pesquisa bibliográfica, quando conduzida de maneira crítica, sistemática e reflexiva, não se limita ao simples ato de reunir informações já disponíveis em diferentes fontes. Ela vai além da compilação, pois busca produzir uma nova leitura sobre os objetos de estudo, sendo capaz de reinterpretar fenômenos, conceitos e práticas à luz de referenciais teóricos consolidados, articulando-os de forma inovadora e significativa para o avanço do conhecimento.

Seguindo esse princípio, a metodologia adotada não se restringiu à simples descrição de conteúdos, mas buscou realizar um exercício de interpretação que articula teoria e realidade social. Assim, a leitura das fontes foi guiada por um olhar crítico, atento às contradições e lacunas presentes na literatura e às implicações práticas da adultização precoce no contexto brasileiro.





# REVISTA OWL (*OWL Journal*)

www.revistaowl.com.br – ISSN: 2965-2634

Em termos de critérios de seleção, priorizaram-se textos publicados entre os anos de 2000 e 2023, a fim de assegurar a atualidade da discussão e, ao mesmo tempo, manter um diálogo com referenciais clássicos que constituem a base teórica do campo. Também foram privilegiados autores que se debruçam sobre a relação entre infância e sociedade, destacando os atravessamentos da mídia, do consumo e das condições econômicas na formação da subjetividade infantil.

Assim, a metodologia escolhida revela-se fundamental para sustentar uma análise consistente e aprofundada, possibilitando não apenas a compreensão da adultização precoce em toda a sua complexidade, mas também a identificação dos desafios concretos que precisam ser enfrentados para que a infância seja reconhecida e protegida em sua integralidade.

## 4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A análise empreendida a partir do referencial teórico e documental evidencia que a adultização precoce no Brasil constitui um fenômeno complexo, atravessado por fatores culturais, econômicos e institucionais que se entrelaçam e produzem impactos significativos sobre a infância. Os resultados apontam que, embora existam dispositivos legais como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e diretrizes internacionais estabelecidas pela Convenção sobre os Direitos da Criança da ONU, há uma distância considerável entre o que está normatizado e o que se observa nas práticas cotidianas de socialização infantil.

Um dos eixos centrais da discussão refere-se ao papel da mídia e da cultura de consumo. O estímulo à erotização precoce, a imposição de padrões estéticos adultos e a exposição indiscriminada a conteúdos digitais revelam-se fatores que reduzem o espaço da infância e enfraquecem a experiência lúdica. Conforme salienta Postman (1999, p. 83),

Revista *OWL Journal*, Campina Grande – PB, v.3.n.5. out/nov/dez. 2025 – ISSN 2965-2634

A Revista *OWL Journal* está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição (CC BY)

14/20





# REVISTA OWL (*OWL Journal*)

www.revistaowl.com.br – ISSN: 2965-2634

Quando os meios de comunicação dissipam a fronteira entre adultos e crianças, o resultado imediato é a diminuição do valor da infância enquanto etapa própria da vida social. Ao antecipar conteúdos, linguagens e comportamentos sem a devida mediação cultural ou educativa, ocorre a erosão do espaço simbólico da infância, que perde suas características singulares e passa a ser colonizada por padrões de maturidade precoce, fragilizando seu tempo legítimo de formação.

Essa constatação evidencia a urgência de políticas regulatórias mais consistentes e de práticas educativas capazes de problematizar, de forma crítica e reflexiva, a influência exercida pela mídia. Somente a partir desse movimento torna-se possível resguardar a infância da colonização simbólica que reduz a criança à condição de consumidora em potencial, privando-a do direito de viver plenamente sua etapa de desenvolvimento.

Outro resultado relevante está relacionado às pressões socioeconômicas, que atuam como motor do trabalho precoce e, conseqüentemente, da adultização forçada. Em contextos de pobreza, crianças são inseridas no mercado de trabalho como estratégia de sobrevivência, em evidente violação de seus direitos. Essa realidade não apenas compromete a escolarização, mas cristaliza o ciclo intergeracional da desigualdade. O relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2019, p. 74) é incisivo ao afirmar que:

A permanência do trabalho infantil está diretamente relacionada não apenas à ausência de políticas públicas eficazes e continuadas, mas também à naturalização cultural que, em muitas comunidades, considera aceitável e até necessária a participação de crianças nas atividades produtivas. Esse entendimento equivocado faz com que o trabalho precoce seja interpretado como forma de aprendizado ou de ajuda familiar, quando, na realidade, compromete direitos fundamentais e perpetua ciclos de exclusão social.

Essa naturalização evidencia um paradoxo inquietante: enquanto a sociedade, no plano legal e discursivo, reconhece a infância como etapa a ser resguardada e protegida, no cotidiano mantém práticas que a desconsideram, impondo às crianças responsabilidades e







# REVISTA OWL (*OWL Journal*)

www.revistaowl.com.br – ISSN: 2965-2634

papéis adultos que fragilizam seu direito de viver plenamente essa fase e comprometem seu desenvolvimento integral.

Do ponto de vista cultural, verifica-se ainda que a adultização precoce não se restringe a camadas sociais vulneráveis, mas também atravessa contextos de classe média, em que o incentivo ao consumo, à vaidade estética e à busca pela performance moldam comportamentos infantis. Em tais casos, a pressão não decorre da necessidade econômica, mas de uma lógica simbólica que valoriza a antecipação da maturidade como sinal de distinção social. Essa dimensão cultural amplia o desafio, pois expõe a pluralidade de formas que a adultização pode assumir no Brasil contemporâneo.

No âmbito escolar, outro resultado evidenciado é a dificuldade das instituições de ensino em enfrentar a adultização precoce de forma crítica. Muitas vezes, práticas pedagógicas reforçam estereótipos ou reproduzem padrões sociais sem questionamento. O espaço escolar, que deveria constituir-se em ambiente de proteção, debate e valorização da infância, acaba por reproduzir modelos de exclusão e de desigualdade. Como observa Sarmiento (2003, p. 48),

A infância não pode ser compreendida unicamente como etapa preparatória para a vida adulta ou reduzida à condição de simples transição. Trata-se de uma condição presente de existência, marcada por demandas próprias, necessidades específicas e direito inalienável à participação social ativa. Reconhecê-la dessa forma implica valorizar a criança como sujeito pleno, dotado de voz, cultura e identidade, cuja experiência não pode ser negligenciada nem subjugada a uma lógica meramente futura.

A leitura dos resultados permite afirmar que os desafios para combater a adultização precoce no Brasil passam, portanto, por três dimensões interdependentes: (a) o fortalecimento das políticas públicas de proteção à infância, com destaque para a erradicação do trabalho infantil; (b) a regulamentação e fiscalização mais efetivas sobre a publicidade dirigida às





# REVISTA OWL (*OWL Journal*)

www.revistaowl.com.br – ISSN: 2965-2634

crianças; e (c) a construção de uma cultura escolar e familiar que reconheça e preserve a infância como etapa singular, sem antecipação de papéis, responsabilidades ou padrões adultos.

Assim, a discussão aqui apresentada confirma que a adultização precoce não é um fenômeno marginal, mas uma problemática estrutural, presente em diferentes camadas sociais e reproduzida por múltiplos dispositivos culturais, econômicos e institucionais. Combater tal processo exige, além de legislação, uma transformação profunda nas formas de compreender a infância, reconhecendo-a não como um “vir a ser”, mas como tempo legítimo de ser e existir.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão desenvolvida ao longo deste artigo permitiu compreender que a adultização precoce no Brasil constitui um desafio multifacetado, profundamente enraizado em fatores históricos, culturais, econômicos e institucionais. Ao retomar a problemática inicial, percebe-se que a infância, reconhecida enquanto etapa singular do desenvolvimento humano, vem sendo fragilizada por práticas sociais que antecipam responsabilidades, comportamentos e padrões estéticos que deveriam pertencer exclusivamente ao mundo adulto.

O objetivo central do estudo consistiu em analisar os principais desafios enfrentados para combater a adultização precoce. Os resultados evidenciaram que, apesar da existência de dispositivos legais como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e de compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, persistem contradições significativas entre o que está assegurado juridicamente e o que se verifica no cotidiano de milhões de crianças.





# REVISTA OWL (*OWL Journal*)

www.revistaowl.com.br – ISSN: 2965-2634

Os três eixos investigados — a concepção da infância como categoria histórica e social, a influência da mídia e do consumo, e as pressões socioeconômicas relacionadas ao trabalho precoce — confirmam a hipótese de que a adultização não é um fenômeno isolado, mas resultado de forças estruturais que agem de forma articulada. Essa constatação reforça a necessidade de compreender a questão como problema social amplo, que exige respostas integradas em políticas públicas, práticas educativas e mudanças culturais.

Como contribuição, este trabalho ressalta que enfrentar a adultização precoce demanda, em primeiro lugar, a efetivação dos direitos já previstos em lei, mas ainda negligenciados na prática. Exige também o fortalecimento das escolas como espaços de proteção e de promoção da infância, bem como a formação crítica de famílias capazes de resistir às pressões midiáticas e mercadológicas. Ademais, torna-se imprescindível a ampliação de políticas sociais que mitiguem os efeitos da pobreza, garantindo às crianças tempo e condições para viverem sua etapa de vida em plenitude.

Ainda que este estudo tenha se restringido a uma análise bibliográfica e interpretativa, abre-se a possibilidade de aprofundamentos futuros que possam incluir pesquisas empíricas em diferentes contextos sociais e regionais, de modo a identificar estratégias locais de enfrentamento ao problema. A partir dessa ampliação, será possível não apenas diagnosticar com maior precisão a realidade brasileira, mas também formular propostas de intervenção mais eficazes.

Em síntese, combater a adultização precoce significa reafirmar a infância como direito inalienável e condição indispensável para a construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e democrática. A preservação desse tempo de vida não deve ser vista como concessão, mas como compromisso ético e político que atravessa famílias, escolas, instituições e governos.





# REVISTA OWL (OWL Journal)

www.revistaowl.com.br – ISSN: 2965-2634

## REFERÊNCIAS

ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

BRASIL. *Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA*. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Brasília: Senado Federal, 1990.

BUCKINGHAM, David. *Crescer na era das mídias*. São Paulo: Loyola, 2007.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: Trabalho de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos*. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 15 set. 2025.

ILO – INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION. *Global estimates of child labour: Results and trends, 2012–2016*. Geneva: ILO, 2017.

OIT – ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. *Relatório global sobre o trabalho infantil 2019*. Genebra: OIT, 2019.

POSTMAN, Neil. *O desaparecimento da infância*. Rio de Janeiro: Graphia, 1999.

SARMENTO, Manuel Jacinto. *As culturas da infância no contexto da sociedade contemporânea*. Braga: Universidade do Minho, 2003.

SEVERINO, Antonio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. 24. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2016.





# REVISTA OWL (*OWL Journal*)

www.revistaowl.com.br – ISSN: 2965-2634

*Recebido em: 15/08/2025*

*Aprovado em: 22/09/2025*

*Publicado em: 10/10/2025*

